

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

AVISO Nº 003/2021 – PGJ/RN.

A PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, nos termos do artigo 22, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 141/96, tendo em vista a iminente vacância do cargo de Assistente Ministerial – TI com lotação em Natal/RN do quadro de pessoal do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte (MP/RN) e

CONSIDERANDO a necessidade de o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte utilizar as ferramentas de gestão de pessoas, no sentido da elevação da eficiência e eficácia dos seus serviços;

CONSIDERANDO o modelo de gestão de pessoas adotado pela Procuradoria-Geral de Justiça, fundamentado nos princípios da impessoalidade e publicidade;

CONSIDERANDO a necessidade de valorização da força de trabalho da instituição e a importância de estabelecer critérios objetivos e meritocráticos para ocupação dos cargos de provimento em comissão na Procuradoria-Geral de Justiça;

E, finalmente, CONSIDERANDO que a seleção é um instrumento democrático para preenchimento de cargos no MPRN, e tem se mostrado um recurso eficaz na seleção de pessoal com base no perfil e competências necessárias para ocupação do cargo, Informa que se encontra aberta a seleção para o cargo de Assistente Ministerial - TI, de provimento em comissão, conforme perfil profissional constante do anexo único deste aviso.

O processo seletivo compõe-se das seguintes etapas: análise dos currículos, entrevistas técnicas e comportamentais e submissão do(s) candidato(s) pré-selecionado(s) ao gestor demandante que indicará um candidato ao Procurador-Geral de Justiça para aprovação final e nomeação.

O recebimento de currículos ocorrerá exclusivamente pelo link: <https://forms.gle/7FKBMMADme3EH4MR9>, no período de 02 a 06 de setembro de 2021. Informações sobre o andamento do processo seletivo podem ser obtidas através do e-mail [selecao@mprn.mp.br](mailto:selecao@mprn.mp.br) e ou portal do MPRN. Os currículos aceitos para o processo seletivo serão apenas aqueles enviados dentro do prazo estabelecido.

O candidato selecionado será encaminhado para nomeação pelo Procurador-Geral de Justiça, através de Resolução a ser publicada no Diário Oficial do Estado (D.O.E).

O candidato selecionado terá o prazo de cinco dias úteis, a contar da data da publicação no D.O.E. para providenciar os documentos necessários para a posse e se apresentar à Diretoria de Gestão de Pessoas, na Procuradoria Geral de Justiça.

Natal/RN, 01 de setembro de 2021.

GLAUCIO PINTO GARCIA

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA ADJUNTO

ANEXO ÚNICO

Cargo	Assistente Ministerial - TI
Chefia imediata	Gerência de Sistemas
Lotação	Natal/RN
Descrição Detalhada	Elaborar e implantar programas necessários às atividades do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte, dentre as quais: atuar na codificação dos sistemas utilizados pelo Ministério Público, sejam eles transacionais, especialistas, gerenciais ou de apoio à decisão, zelando pela relevância e garantindo a usabilidade e confiabilidade; Codificar, em linguagem de computador, documentar, implantar e manter sistemas de informação, utilizando as metodologias, ferramentas e linguagens definidas pelo seu superior; Codificar, em linguagem de computador, documentar, implantar e manter softwares de apoio ao desenvolvimento dos sistemas de informação; Executar os testes necessários aos programas elaborados; Elaborar cronograma de atividades dos projetos de sistemas de informação do Setor; Auxiliar na implementação da modelagem de dados dos sistemas de informação.
Requisitos para investidura no cargo	Formação Acadêmica: Nível superior em áreas da Tecnologia de Informação (Analista de Sistemas, Sistema de Informação, Bacharel em Tecnologia da Informação, Ciência da Computação, Engenharia da Computação). Conhecimentos Desejáveis: Habilidade em desenvolvimento de software nas linguagens .net, C#, angular ou ASP.net. Experiência profissional desejável: Experiência em projetos de software usando scrum ou metodologias semelhantes e em FrontEnd (HTML5, CSS, Less, JavaScript, TypeScript, Angular 2, 4 ou 5, TDD, DDD, Jasmine); Backend (C#, ASP.net, Core Web, API, EntityFramework, SQL Server, Design Patterns, TDD, DDD, MS Test, ou NUnit)
Carga horária	40 horas semanais. O ocupante de cargo de provimento em comissão ou função de direção ou chefia fica sujeito a regime de integral dedicação ao serviço, podendo ser convocado sempre que houver interesse da instituição, consoante parágrafo único do artigo 19, da Lei Complementar 122, de 30 de junho de 1994. Remuneração do cargo R\$ 4.552,55 + benefícios (auxílio alimentação no valor de R\$ 1.400,00 e auxílio saúde, que varia de acordo com a faixa etária). Observação Este cargo classifica-se como público de provimento em comissão, de livre nomeação e exoneração pelo Procurador Geral de Justiça. Para facilitar o recebimento e a seleção de currículos, o candidato deverá colocar o seu nome completo como título do arquivo. No condizente aos dados pessoais apresentados no currículo, far-se-á necessário informar somente o nome completo e contatos (e-mail e telefone) do candidato, além de constar as demais informações, como formação acadêmica, experiência profissional e outras.